


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005983-72.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 148/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1003/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **GEANCARLOS ALMIR DE BARROS**

Justiça Gratuita

Aos 02 de fevereiro de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **Antonio Benedito Morello**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **GEANCARLOS ALMIR DE BARROS**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Anderson dos Santos, Rodrigo Borges Frisene e Maurício de Castro Bruschi, tudo em termos apartados. Ausente a vítima Mateus dos Santos, que não foi encontrada. As partes desistiram da oitiva da vítima. O MM Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no art. 155 § 4º inciso I do C.P. uma vez que no dia indicado na denúncia subtraiu para si um notebook da vítima. A ação penal é procedente. Embora o réu tenha negado a prática do crime, as provas o desfavorecem. A testemunha narrou que ele entrou no quarto e pegou o notebook, saindo correndo; disse que quinze minutos depois a polícia o encontrou e que o reconheceu pessoalmente. Nesta audiência, o réu tornou a ser reconhecido pessoalmente pela testemunha, que estava na casa. Além do reconhecimento de Anderson, o policial Rodrigo disse que alguns dias depois abordou o réu na rua que naquela oportunidade ele admitiu a prática do furto, dizendo que “passou o bem” para um motoqueiro. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia, visto que a qualificadora de rompimento de obstáculo encontra-se comprovada pelo laudo. É ele multirreincidente em furtos, de modo que a pena deve ser fixada acima do mínimo, com início de cumprimento no regime fechado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a improcedência da ação penal, ante a fragilidade da prova quanto à autoria. A prova se resume no reconhecimento feito em circunstâncias que não autorizam concluir que a



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

vítima reconheceu o acusado “sem sombra de dúvidas”. A vítima relata que estava dormindo em seu quarto, escuro, quando se deparou com o agente do furto, momento em que o visualizou. Nestas condições, revela-se frágil o reconhecimento pessoal realizado, motivo pelo qual requer a aplicação do princípio do favor rei e por conseguinte a absolvição do acusado. Subsidiariamente, requer pena estabelecida no mínimo legal e regime diverso do fechado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. GEANCARLOS ALMIR DE BARROS**, RG 48.803.609-4, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal, porque no dia 05 de maio de 2016, por volta das 14:57h, na residência situada na Alameda das Hortências nº 139, nesta cidade, GEANCARLOS, mediante rompimento de obstáculo, subtraiu para si um notebook, marca Lenovo, avaliado em R\$ 500,00, de propriedade da vítima Mateus dos Santos. Segundo foi apurado, na ocasião, o denunciado foi até a casa, localizada no endereço acima, onde arrombou a porta de madeira da cozinha e entrou no interior da residência; dentro da casa, o denunciado se apossou do notebook que estava na sala, momento em que foi visto por um morador do imóvel, mas, conseguiu se evadir do local, levando a res furtiva. Policiais foram acionados e, pelas características físicas, encontraram o denunciado nas proximidades; levado à presença do morador da casa, o denunciado foi prontamente reconhecido, como sendo a pessoa que subtraiu o bem. A res furtiva não foi localizada. Recebida a denúncia (pág. 64), o réu foi citado (pág. 87) e respondeu a acusação através do defensor público (pág. 92 e 93). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas três testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição por insuficiência de provas. **É o relatório. DECIDO.** O réu nega a autoria do furto. Entretanto, a testemunha ouvida, Anderson dos Santos, que residia na casa onde ocorreu o furto, informou que estava no quarto dormindo quando foi surpreendida com o réu abrindo a porta. Na sequência, o réu se evadiu mas levou o computador de outro morador que estava no sofá da sala. Essa testemunha foi firme e categórica no reconhecimento que fez do réu, tanto no dia da ocorrência, como nesta audiência. Sendo assim, não pode ter se enganado. Além disso, em sã consciência, ninguém tem a coragem de uma afirmação dessa natureza sem a indispensável certeza. A testemunha não tinha motivo algum para incriminar falsamente o réu, que foi logo localizado há pouca distância do local do furto. O fato de o bem furtado não ter sido encontrado em seu poder não é motivo suficiente para afastar a autoria que recai sobre ele. Ainda mais verificando as declarações do policial Rodrigo Borges Frisene, que disse ter abordado o réu dias depois, em cuja oportunidade o mesmo admitiu o cometimento do furto e informou que entregara o notebook a um rapaz que estava em uma


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

motocicleta um pouco antes da abordagem. E o réu, nesta oportunidade, chegou a dizer que tinha encontrado com um rapaz de moto instantes antes da abordagem. Tenho, pois, como certa a autoria atribuída ao réu, cuja negativa não pode ser aceita, ainda mais se tratando de pessoa acostumada à prática de furto. A qualificadora de rompimento de obstáculo está demonstrada no laudo pericial de fls. 53/55, que também foi afirmada pela testemunha Anderson. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu tem péssimos antecedentes, especialmente pela prática de crimes contra o patrimônio, registrando já três condenações definitivas (fls. 96/97, 98 e 109), delibero fixar a pena-base um pouco acima do mínimo, ou seja, em dois anos e três meses de reclusão e onze dias-multa. Na segunda fase, ausente circunstância atenuante e presente a agravante da reincidência (fls. 110), condenação que não foi utilizada na primeira fase, imponho o acréscimo de três meses de reclusão e um dia-multa, tornando definitiva a pena em dois anos e seis meses de reclusão e doze dias-multa, no valor mínimo. A reincidência específica impossibilita a substituição por pena alternativa, além do que o réu já foi beneficiado com a substituição e não se corrigiu. CONDENO, pois, **GEANCARLOS ALMIR DE BARROS** à pena de **dois (2) anos e seis (6) meses de reclusão e dose (12) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal**. Por ser multirreincidente iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado**, que reputo necessário para reprovação e prevenção do crime cometido, porque até o momento não lhe serviram de norteamento de conduta as condenações que já recebeu. Como responde solto a este julgamento, assim deve continuar. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de prisão. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Façam-se as comunicações. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):